



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

MARÇO/2012



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 117/2011, da Decisão Normativa nº 108/2010 e da Portaria-TCU nº 123/2011.

Belém(PA), 03/2011

LISTA DE AREVIAÇÕES E SIGLAS

DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial
DPF – Departamento de Polícia Federal
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
Port. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
SR – Superintendência Regional
RG – Relatório de Gestão
SELOG - Setor de Administração e Logística Policial
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UO – Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO PARÁ – SR/DPF/PA	9
A. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL	10
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 117, DE 19/10/2011.	10
1.1 Relatório de Gestão Individual	10
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	11
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade	11
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	12
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	14
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	14
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ	14
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	16
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	16
2.4.2 Programação de Despesas Correntes	16
2.4.3 Programação de Despesas de Capital	16
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa	16
2.4.4.1 <i>Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ</i>	16
2.4.4.2 <i>Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação</i>	16
2.4.4.2.1 <i>Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação</i>	16
2.4.4.2.2 <i>Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</i>	18
2.4.5 Indicadores Institucionais	20
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	21
3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	21
INFORMAÇÃO RELACIONADA A ESTE ITEM CONSTA NA INTRODUÇÃO.	21
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	21
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	21
4.2 Análise Crítica	21
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	22
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	32
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	32
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	33
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	34
10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	36
10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	36
12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	39

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	40
14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	42
15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	42
16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	42
17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	46
ANEXO 1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR	38
ANEXO 2 - DECLARAÇÃO DA GESTÃO DE CONTRATOS	39

LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	15
QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	17
QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	19
QUADRO A.2.6 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	20
QUADRO A.2.7 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	22
QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22
QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	22
QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12	22
QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)	23
QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	23
QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	24
QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO	24
QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	25
QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	25
QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES	26
QUADRO A.5.10 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	28
QUADRO A.5.11 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	31
QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV	32
QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	33
QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	36
QUADRO A.11.1 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	38
QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	39
QUADRO A.16.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	42
QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA	46

Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Pará no ano de 2011, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria-TCU nº 123/2011.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 108/2010, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo, gestão do patrimônio imobiliário e da tecnologia da informação e dois anexos: 1 – Declaração do Contador e 2 - Declaração referente ao Registro de Contratos e Convênios no Sistema SIASG.

Não constam no presente Relatório informações de Programas de Governo, cabendo registrar que esta UJ não os gerencia no PPA.

Não constam do presente Relatório, uma vez que não se aplicam a esta UJ, os seguintes quadros: Relatório de Gestão Consolidado, Relatório de Gestão Agregado, Relatório de Gestão Consolidado e Agregado, Programação de Despesas Correntes, Programação de Despesas Capital, Quadro Resumo da Programação de Despesas, Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ, Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ, Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.

Não há informação de Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos e assim, o respectivo quadro não consta deste relatório (parte A, item 3 do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010).

O Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 E 2010 não foi preenchido pois os valores são informados no Relatório de Gestão do Órgão Central.

Com relação à parte A, item 6 do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010 todos os quadros relacionados não foram preenchidos uma vez que esta UJ não efetua transferências e repasse de recursos.

Não há Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ, bem como sobre as fiscalizações realizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil voltadas para a averiguação da regularidade das renúncias de receitas tributárias e assim sendo, todos os quadros da parte A, item 14 do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010 não se aplicam esta UJ.

Do mesmo modo, todos os quadros relacionados à parte A, item 15 do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010 não foram preenchidos, haja vista que nesta UJ não houve recebimento, no exercício 2010 de deliberações ou recomendações oriundas do TCU e do Órgão de Controle Interno – OCI.

A estrutura organizacional da Superintendência Regional Do Departamento de Polícia Federal No Pará – SR/DPF/PA decorre do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, cabendo ao Superintendente Regional a administração superior da UJ, tendo como substituto imediato o Chefe da Delegacia Regional Executiva – DREX e na ausência deste, assume seu substituto, o Chefe da Delegacia de Combate ao Crime Organizado – DRCOR ou, sequencialmente, o Chefe da Corregedoria Regional - COR.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará está estruturada em cinco (05) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência e por quatro (04) Unidades Descentralizadas, sendo: Delegacia de Polícia Federal em Altamira, Delegacia de Polícia

Federal em Marabá, Delegacia de Polícia Federal em Redenção e Delegacia de Polícia Federal em Santarém.

Na sede, a estrutura da Superintendência Regional é composta de: nove (09) Delegacias Especializadas, quais sejam: Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários e Grupo de Repressão a Crimes Financeiros, todos **subordinados à Delegacia Regional Executiva**; Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, **subordinadas à Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**), de três (03) Núcleos: Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), Núcleo de Inteligência Policial (NIP) e Núcleo de Identificação (NID), além de (03) Setores: Setor de Recursos Humanos (SRH), Setor Técnico-Científico (SETEC) e Setor de Administração e Logística Policial (SELOG), além do Grupo no Aeroporto Internacional de Belém (Val-de-Cães).

Considerando que o Estado do Pará, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias: - ocupa porção estratégica do ponto de vista geográfico, dada a sua extensão territorial, fazendo divisa com os Estados do Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Amapá, Roraima e Amazonas, tendo seu litoral banhado pelo Oceano Atlântico, além das fronteiras com a Guiana e o Suriname. Possui a maior bacia hidrográfica do país, assim como a maior parte de seu território ainda recoberto pela Floresta Amazônica e onde é constantemente verificada a ocorrência de crimes ambientais e tráfico de animais silvestres e de plantas. Assim é que esta Superintendência Regional terminou concentrando seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, crimes contra o meio ambiente, o contrabando, crime financeiro, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais.

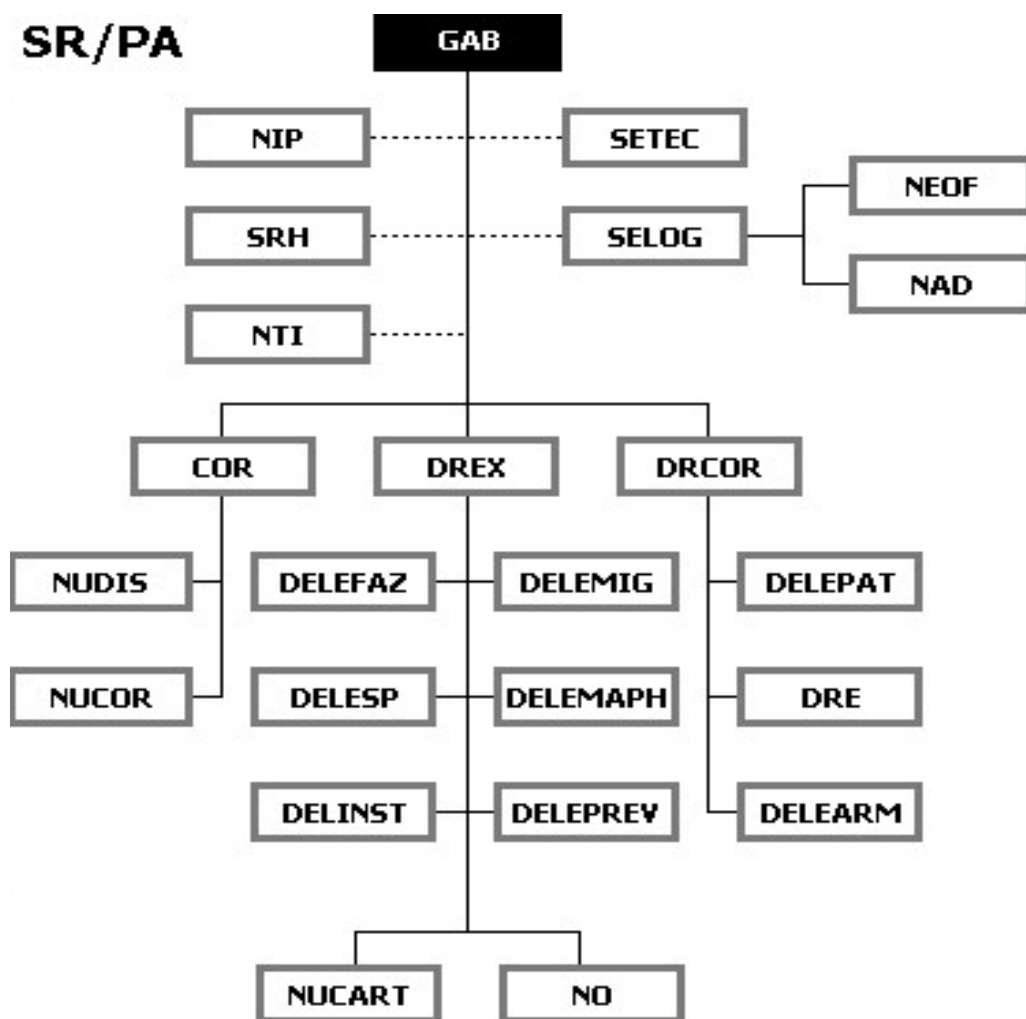
No ano de 2011, a Superintendência Regional e suas descentralizadas deram continuidade ao desenvolvimento de suas operações policiais voltadas a atividade-fim, resultando no cumprimento de mandados de busca e apreensão e prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Aínsa assim, considerando que em 2010 foi um ano eleitoral, a estratégia de atuação desta Superintendência, teve como prioridade a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público. Atendendo determinação do Órgão Central, continuaram sendo priorizadas as operações de combate aos crimes contra o meio ambiente, haja vista que existem duas bases permanentes da Operação Arco de Fogo (uma em Tailândia e outra em Santarém), assim como o combate ao crime de tráfico de entorpecentes.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

Organograma

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO PARÁ – SR/DPF/PA



A. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL**1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 117, DE 19/10/2011.****1.1 Relatório de Gestão Individual****QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará			
Denominação abreviada: SR/DPF/PA			
Código SIORG: 001146	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200386/200387
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8
Telefones/Fax de contato:	(91)3214-8014	(91)3214-8064	(91)3214-8036
E-mail: gab.srpa@dpf.gov.br			
Página na Internet: não possui			
Endereço Postal: Av. Almirante Barroso, 4466 – Souza – CEP 66613-080 – Belém/PA			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Dec. 56.510, de 28/06/65 - DOU. 138, de 22/07/65 – criada como Delegacia Regional “C” (vide Port. 527/64, BS. 245, de 24/12/64);			
- Dec. 70.665, de 02/06/72 - DOU. 104, de 05/06/72 – transformada em Superintendência Regional;			
- Dec. 77.649, de 19/05/76 - DOU. 097, de 24/05/76			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Lei Complementar 89, de 18.02.1997, cria o FUNAPOL;			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007;			
- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o atual Regimento Interno;			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005;			
- IN Nº 11/2009-DG/DPF de 09.11.2009, publicada no BS nº 212 de 09.11.2009 (normatiza a concessão, aplicação e prestação de contas de Suprimentos de Fundos).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200077	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará		
200386	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará		
200387	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200386		00001	
200387		00001	

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

Esta UJ tem como responsabilidades institucionais aquelas decorrentes de sua Competência Institucional e dos Objetivos Estratégicos traçados pelo Departamento de Polícia Federal.

Segundo o art. 203 da IN 013/2005-DG/DPF, a Competência Institucional da engloba as atividades de planejamento, controle, apoio, orientação, execução e acompanhamento, referentes à persecução de crimes nas áreas de imigração, previdenciária, fazendária, defesa institucional, controle de segurança privada e de meio ambiente, patrimônio histórico e em relação a Competência Institucional da DRCOR-Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado) engloba as atividades financeira, patrimonial, tráfico e comércio ilícito de armas, tráfico e comércio ilícito de entorpecentes e drogas afins, bem como de ações referentes ao controle e fiscalização de produtos e insumos e químicos.

Como Objetivos Estratégicos, considerando que este foi um ano eleitoral, foi estabelecida como meta a priorização da área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público, inclusive reforçando os efetivos das Delegacias de Polícia Federal de Marabá, Santarém, Redenção e Altamira, o que possibilitou que o pleito eleitoral transcorresse de forma tranquila. Atendendo determinação do Órgão Central, continuaram sendo priorizadas as operações de combate aos crimes contra o meio ambiente, com a manutenção de bases da Operação Arco de Fogo nas cidades de Tailândia, Santarém, Altamira e Pacajá, em caráter de revezamento.

Em face das responsabilidades institucionais acima descritas, segue uma descrição sintética das principais:

Foram contabilizadas **10** (dez) Operações Policiais no âmbito desta SR/DPF/PA. Nessas operações, foram realizadas 27 (vinte e sete) prisões preventivas, 03 (três) prisões temporárias e 05 (cinco) prisões mediante auto de prisão em flagrante, além do cumprimento de 109 (cento e nove) Mandados de Busca e Apreensão e foram combatidos diversos tipos de delitos: fraudes na concessão de créditos de madeira; contrabando e descaminho; fraudes bancárias; fraudes previdenciárias; fraudes em licitação; fraudes na importação de acessórios veiculares; e crimes de preconceito de raça e cor.

Esta UJ além de ter Planejado e Coordenado as eleições de 2010, realizou segurança física de 11 (onze) dignitários, dentre as quais a da então candidata a Presidente Dilma Rousseff; participou das reuniões periódicas do FORUM ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS, FORUM REGIONAL DE REPRESSÃO AO TRABALHO ESCRAVO e FORUM ESTADUAL DE PROTEÇÃO AOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS, entre outras relacionadas à proteção de direitos humanos; e promoveu o treinamento de armamento e tiro de policiais da SR/DPF/PA, bem como DPF/MBA/PA e DPF/RDO/PA.

Na parte administrativa esta UJ entregou 17.865 (dezesete mil oitocentos e sessenta e cinco) passaportes, instruiu 70 (setenta) vistos de permanência, realizou a fiscalização de 705 (setecentos e cinco) navios no Porto de Belém e em Vila do Conde, com 25.158 (vinte e cinco mil, cento e cinqüenta e oito) tripulantes.

Na parte de segurança privada foram requeridas 3.999 Carteiras de Vigilantes e registrados 2.927 Certificados de Vigilantes; emitidas 545 Guias de Transferência e/ou Transporte de Armas; realizadas 38 vistorias das instalações de empresas de vigilância e orgânica, 90 de veículos especiais de transportes de valores e 275 de agências bancárias e PABs; arrecadadas 38 armas e munições; e prestadas 50 consultas/informações sobre segurança privada.

Foram realizadas 42 (quarenta e duas) conduções de presos para audiência; 21 (vinte) seguranças na chegada de valores para o Banco Central; 09 (nove) seguranças de leilão de jóias e imóveis por requisição da Caixa Econômica Federal; cumpriu 05 (cinco) Mandados de Condução Coercitiva e 32 (trinta e dois) Mandados de Prisão; e efetuou a transferência de 10 (dez) presos para outras Unidades da Federação.

Afora essas atividades de iniciativa interna, a UJ realizou, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego, 15 (quinze) operações de combate ao trabalho escravo e prestou auxílio a diversos órgãos integrantes da estrutura do Poder Executivo Federal (SPU, MAPA, DNPM etc.), Justiça Federal e Ministério Público Federal.

Foram legalizadas 06 (seis) lanchas junto à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental e deu apoio à Operação Sentinela, coordenada pela DRCOR/SR/DPF/PA, no município de Abaetetuba/PA.

No que diz respeito aos Inquéritos Policiais desta SR/PA, foram contabilizados pelo Núcleo de Cartório, 2.148 (dois mil cento e quarenta) IPLs instaurados, 2.210 (dois mil duzentos e dez) IPLs relatados e 4.543 (quatro mil quinhentos e quarenta e três) em andamento.

Foram montadas no Estado duas Bases da Operação Sentinela, quase na totalidade atendida por policiais lotados na Sede e nas Descentralizadas de Santarém, Marabá, Redenção e Altamira, principalmente pela primeira: uma, na cidade de Óbidos, onde antigamente funcionava a Base Candiru e, outra, na cidade de Abaetetuba.

Tal iniciativa fez com que se evitasse o aumento do tráfico, inclusive havendo significativa apreensão de drogas, principalmente em decorrência das atividades desenvolvidas pela primeira Base. É importante ressaltar o trabalho voltado para a erradicação de maconha, com duas das operações citadas, realizadas em conjunto com a Superintendência do Maranhão.

Durante as operações elencadas, foram efetuadas 45 (quarenta e cinco) prisões; erradicados 286.093 (duzentos e oitenta e seis mil e noventa e três) pés de maconha, apreendidos 315 (trezentos e quinze) Kg de maconha pronta, 271 (duzentos e setenta e um) Kg de cocaína, 12 (doze) frascos de lança-perfume e 14 (quatorze quilos) Kg de pasta-base, dentre outros entorpecentes; a apreensão/recuperação de 12 (doze) armas de fogo; e a apreensão de 150 658,00€ (cento e cinquenta mil seiscentos e cinquenta e oito euros), R\$ 373.000,00 (trezentos e setenta e três mil reais), 6.041,13 g (seis mil e quarenta e um e treze gramas) de ouro, US\$ 88.387,00 (oitenta e oito mil trezentos e oitenta e sete dólares), dois veículos de luxo, entre outros bens.

Devemos destacar, também, o trabalho desenvolvido no Setor de Produtos Químicos, que resultou em 28 (vinte e oito) fiscalizações de empresas que trabalham com a venda de produtos químicos controlados e a entrega de 58 (cinquenta e oito) Certificados de Registro Cadastral e 87 (oitenta e sete) Certificados de Licença de Funcionamento.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Em decorrência de limitações internas da unidade, especialmente no que tange ao contingenciamento de recursos para pagamento de diárias, houve redução nos trabalhos da atividade

de polícia judiciária, o que, de certa forma, contribuiu para que não fossem atingidas as metas de conclusão dos Inquéritos Policiais.

Apesar do ano observar a contenção de recursos, foi bastante profícuo para a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado, resultado creditado à pequena, mas valorosa equipe de policiais e servidores administrativos ali lotados que, em que pese as dificuldades encontradas, não mediu esforços para dar o melhor de si em prol da sociedade.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1.1 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

2.3.1.2 0181 – Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão

2.3.1.3 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade

2.3.1.4 0665 – Gestão da Política Nacional sobre Drogas

2.3.1.5 0750 – Apoio administrativo

2.3.1.6 1353 – Modernização da Polícia Federal

2.3.1.7 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Não constam informações e quadros referente aos Programas de Governo devido esta UJ não possuir responsabilidade de gerir tais programas inscritos na Lei do Plano Plurianual (PPA), sendo apenas executora de algumas ações dos programas acima elencados, conforme consta no Quadro A.2.1.

Análise crítica

Não é possível tecer análise crítica, pois a UJ não possui a responsabilidade de gerir os Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA), sendo apenas executora de algumas ações.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.1 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação ¹	Prioridade ²	Unidade de Medida ³	Meta prevista ⁴	Meta realizada ⁴	Meta a ser realizada em 2011 ⁴
05	811	0181	20CI	A	3	26.440,56	NA	NA	NA
06	122	0750	2000	A	3	9.478.218,09	NA	NA	NA
	125	0662	2679	A	3	29.235,92	NA	NA	NA
	128	0662	4572	A	3	420,00	NA	NA	NA
	181	0662	2586	A	3	14.933,66	NA	NA	NA
	181	0662	2726	A	3	2.617.781,26	NA	NA	NA
	181	1353	8979	A	3	151.820,26	NA	NA	NA
	181	1353	8980	A	3	162.000,00	NA	NA	NA
	183	0662	2720	A	3	29.488,01	NA	NA	NA
09	272	0089	0181	A	3	31.578,90	NA	NA	NA
14	122	0750	2000	A	3	128.174,59	NA	NA	NA
	422	0665	8236	A	3	1.192.000,00	NA	NA	NA
	422	1453	8375	A	3	8.000,00	NA	NA	NA

Fonte: SIGPLAN e SIAFI

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ Valores executados em R\$

⁴ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

Análise crítica

Devido esta UJ ser apenas executora das ações, não é possível fazer análise de cumprimento das metas físicas.

Quanto à execução das ações, do total de R\$ 13.870.091,25 executados, evidencia-se que a função Segurança Pública (06) fora a maior demandante de recursos nesta UJ, apresentando as subfunções Administração Geral (122) e Policiamento (181) como preponderantes. Não obstante, merece registro também a execução de recursos na subfunção (422) do Programa 0665 – Gestão da Política Nacional sobre Drogas, com a Ação 8236 – Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional de Política sobre Drogas.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

O quadro a seguir segue preenchido apenas com o intuito de registro de informação.

QUADRO A.2.2 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Justiça - MJ	30101	200094
Departamento de Polícia Federal	30108	200336
Fundo para Aparentamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL	30909	200337
Fundo Nacional Antidrogas	30912	200246
Ministério da Defesa	52101	110407

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

Análise crítica

Devido esta UJ não possuir Unidades Orçamentárias (UO), não foram preenchidos os quadros concernentes aos itens de Programação de Despesas.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Análise crítica

Esta UJ não faz execução orçamentária de créditos originários e, por isto, não foram preenchidos os quadros concernentes a créditos originários da UJ.

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.4.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.3 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	8.695.728,68	8.067.794,26	6.894.966,58	8.067.794,26
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	162.000,00	-	-	-

Concorrência	-	-	-	-
Pregão	8.533.728,68	8.067.794,26	6.894.966,58	8.067.794,26
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	1.693.505,44	1.596.616,20	1.638.533,90	1.596.616,20
Dispensa	1.562.303,56	1.480.641,16	1.531.497,41	1.480.641,16
Inexigibilidade	131.201,88	115.975,04	107.036,49	115.975,04
Regime de Execução Especial	357.635,43	605.191,11	357.635,43	605.191,11
Suprimento de Fundos	357.635,43	605.191,11	357.635,43	605.191,11
Pagamento de Pessoal	2.576.112,71	3.838.993,81	2.576.112,71	3.838.993,81
Pagamento em Folha ¹	-	-	-	-
Diárias	2.576.112,71	3.838.993,81	2.576.112,71	3.838.993,81
Outras	547.108,99	1.014.891,30	531.775,91	1.014.891,30
Totais	13.870.091,25	15.123.486,68	11.999.024,53	15.123.486,68

Fonte: SIAFI e Relatório de Gestão 2011.

¹ O pagamento da Folha é realizado pelo órgão central - UG 200334. Tais valores são informados no Relatório de Gestão do DPF.

2.4.4.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.4 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
08 - Outros Benef. Assist.	38.836,93	6.900,13	38.836,93	6.900,13	-	-	38.836,93	6.900,13
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes	11.835.534,97	14.484.240,38	11.474.596,15	13.805.564,50	360.938,82	678.675,88	11.474.596,15	13.805.564,50
14 - Diárias - Pessoal Civil	2.576.112,71	3.838.993,81	2.576.112,71	3.838.993,81	--	--	2.576.112,71	3.838.993,81
30 - Material de Consumo	1.524.399,84	1.550.802,38	1.409.994,28	1.432.288,01	114.405,56	118.514,37	1.409.994,28	1.432.288,01
33 - Passagens e Desp. Locom.	377.268,44	523.043,84	335.207,55	523.043,84	42.060,89	--	335.207,55	523.043,84
36 - Outros Serv. Terc. – P. Fís.	384.561,67	386.935,44	355.811,67	371.935,44	28.750,00	15.000,00	355.811,67	371.935,44
37 - Locação de mão-de-obra	3.690.872,35	3.369.498,00	3.690.872,35	3.162.059,10	--	207.438,90	3.690.872,35	3.162.059,10
39 - Outros Serv. Terc. – P. Jur.	2.755.173,44	2.987.566,20	2.599.637,56	2.735.611,29	155.535,88	251.954,91	2.599.637,56	2.735.611,29
47 – Obrig. Tribut. e Contribut.	6.841,11	10.407,56	6.841,11	10.407,56	--	--	6.841,11	10.407,56
92 – Desp. de Exerc. Anteriores	189.125,06	944.097,07	189.125,06	944.020,07	--	77,00	189.125,06	944.020,07
93 – Indenizações e Restituições	299.250,69	843.147,44	288.056,57	760.687,44	11.194,12	82.460,00	288.056,57	760.687,44
Demais elementos do grupo	31.929,66	29.748,64	22.937,29	26.517,94	8.992,37	3.230,70	22.937,29	26.517,94
Totais	11.874.371,90	14.491.140,51	11.513.433,08	13.812.464,63	360.938,82	678.675,88	11.513.433,08	13.812.464,63

Fonte: SIAFI e Relatório de Gestão 2011

2.4.4.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.5 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	1.995.719,35	1.107.981,72	333.771,19	353.697,47	1.510.127,90	754.284,25	333.771,19	353.697,47
51 – Obras e instalações	162.000,00	877.026,30	--	162.000,00	162.000,00	714.433,99		162.592,31
52 – Equip. e Mat. Permanente	1.681.899,09	230.955,42	333.771,19	191.105,16	1.348.127,90	39.850,26	333.771,19	191.105,16
Demais elementos do grupo	151.820,26	--	--	--	--	--	--	--
5 - Inversões Financeiras	--	--	--	--	--	--	--	--
6 - Amortização da Dívida	--	--	--	--	--	--	--	--
Totais	1.995.719,35	1.107.981,72	333.771,19	353.697,47	1.510.127,90	754.284,25	333.771,19	353.697,47

Fonte: SIAFI

Análise crítica

Cabe destacar a inclusão em restos a pagar da grande maioria do valor empenhado em obras e instalações, devido ao fato de que tais contratações foram iniciadas no mês de dezembro e cujos serviços se encontram em andamento durante o ano de 2011, a citar: serviço de cabeamento estruturado e elétrico do prédio-sede, reforma da parte térrea para funcionamento das novas instalações do Núcleo de Cartório e serviços das novas instalações da Base Candiru, no Município de Óbidos/PA.

Durante o exercício, mas precisamente a partir do mês de outubro houve contingenciamento de recursos, sobretudo nas diárias policiais, o que demandou várias gestões junto ao órgão central para viabilização de deflagração de algumas operações policiais, tendo sido algumas atendidas e outras ficaram comprometidas, não logrando êxitos nos objetivos pretendidos.

2.4.5 Indicadores Institucionais

Diante da grande dificuldade de se estabelecer indicadores de desempenho na instituição, tendo em vista as infinidades de atribuições e de processos, bem como, a necessidade de se padronizar tais indicadores em todas as unidades da Polícia Federal, esta Regional não possui tais elementos institucionalizados.

Para resolver os problemas acima expostos, a Direção Geral contratou a Fundação Getúlio Vargas – FGV – para mapear os processos da instituição e estabelecer indicadores de desempenho para todo o departamento, visando a elaboração de uma instrução normativa para definir os métodos e os responsáveis para gerenciar cada indicador. Salienta-se que tal necessidade já foi motivo de cobrança do TCU.

A orientação recebida do órgão central, através do Escritório de Planejamento Estratégico, é a seguinte:

“[...] o contrato com a FGV foi interrompido e não chegou a gerar resultados práticos. Em relação a novas iniciativas o CIGE (Centro Integrado de Gestão Estratégica) tem estudado sobre indicadores e neste momento estão sendo propostos, com a participação de representantes de todas as Diretorias, indicadores de desempenho e metas para 4 Objetivos do Mapa Estratégico do Ministério da Justiça que ficaram sob responsabilidade da Polícia Federal. Em seguida a este trabalho o CIGE, com a participação dos representantes das Diretorias, irá iniciar o trabalho para propor indicadores e metas para o Mapa Estratégico da Polícia Federal (vide <http://intranet.dpf.gov.br/cige/servicos/escritorio-de-planejamento-estrategico-epes/MapaEstrategicoPF.pdf>) de forma alinhada com o proposto para o MJ, sendo um passo posterior o desmembramento do nosso Plano estratégico (vide página do CIGE na intranet <http://intranet.dpf.gov.br/cige>) para os Planos Táticos e Planos Operacionais e que com certeza atingirá toda a Polícia Federal. Temos ainda em relação aos indicadores o trabalho de revisão dos indicadores e metas para os Planos e Ações que serão propostos no PPA 2012-2015 que está sendo feito por um Grupo de Trabalho[...]”

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Informação relacionada a este item consta na introdução.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em
R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	46.255,66	46.255,66	--	--
2009	11.004,94	11.004,94	--	--
2008	34.079,02	35.522,32	90,98	-1.534,28
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	1.432.960,13	693.219,79	774.652,90	34.912,56
2009	2.039.811,07	400.516,40	1.600.640,27	38.654,40
2008	2.039.811,07	69.209,96	412.672,03	1.557.929,08
Observações:				

Fonte: SIAFI e Relat. de Gestão 2011

4.2 Análise Crítica

Não obstante ter sido preenchido o quadro acima, pois os dados e informações foram obtidos no SIAFI, não foi possível tecer a respectiva análise crítica.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	454	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	433	8	29
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	1	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	1	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	-	889	8	29

Fonte: SRH/SR/DPF/PA

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	20
3.2. A pedido, a critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	2
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-

4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	1
4.2. Capacitação	52
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	1
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	79

Fonte: SRH/SR/DPF/PA

5.1.3 Quantificação dos Cargos em comissão e das funções gratificadas da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.3 - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	3	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	43	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	1	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	-	46	-	-

Fonte: SRH/SR/DPF/PA

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade

QUADRO A.5.4 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	35				
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-

2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	2	1
2.3. Funções gratificadas	1	8	22	9	5
3. Totais (1+2)	36	195	110	125	14

Fonte: SRH/SR/DPF/PA

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	37	387	397	13	8
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	3	3	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	40	33	-	-
3. Totais (1+2)					37	430	433	13	8

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SRH/SR/DPF/PA

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da UJ segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	5	-
1.2 Compulsória	1	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	6	-

5.2.2 Demonstração das origens da pensões pagas pela UJ

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	-	-
1.1. Integral	44	-
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	-	-
3. Total (1+2)	44	-

Fonte: SRH/SR/DPF/PA

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	25	25	25	25	156.000,00
1.2 Área Meio	7	7	7	7	43.680,00
2. Nível Médio					-
2.1 Área Fim	18	18	18	18	62.640,00
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	50	50	50	50	262.032,00

Fonte: SRH/SR/DPF/PA

5.4. Demonstração dos Custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indeniza-ções	Benefícios Assistenciais e previden-ciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2011	3.539.782,99	-	-	13.462,07	121.144,00	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SRH/SR/DPF/PA

5.5. Terceirização de mão de obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirizações de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Não há cargos e atividades terceirizados do plano de cargos no âmbito desta UJ.

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.

Os concursos públicos são realizados pelo órgão central (DPF) e por isso o respectivo quadro não foi preenchido por esta UJ.

2010	5	O	14/2010	05.570.254/0001-69	01/06/10	31/05/10								E
2010	11	O	12/2010	83.836.130/0001-96	17/08/10	16/08/11								E
2008	11	O	16/2010	01.897.786/0001-54	18/09/08	17/09/11								E
2009	11	O	07/2010	07.573.492/0001-53	03/02/10	02/02/11								E
2010	11	O	16/2010	08.828.452/0001-78	24/08/10	23/08/11								E
2010	9	O	03/2010	02.449.992/0111-07	03/02/10	02/02/11								E
2010	9	O	04/2010	40.432.544/0001-47	26/02/10	05/02/11								E
2010	9	O	05/2010	02.421.421/0001-11	26/02/10	25/02/11								E
2010	9	O	01/2010	33.530.486/0001-29	03/02/10	03/06/11								E
2011	11	O	15/2011	04.674.528/0001-05	28/11/11	18/02/12								A
2011	4	O	12/2011	10.711.378/0001-57	13/04/11	14/04/12								A
2011	14	O	08/2010	26.423.228/0001-88	01/06/11	31/05/12								A
2011	9	O	09/2011	40.432.544/0001-47	16.06.11	15/06/12								A
2011	9	O	06/2011	33.000.118/0001-79	04/06/11	0/06/12								A
2011	4	O	12/2011	34.028.316/0018-51	18/06/11	19/06/12								A
2010	6	O	15/2010	11.240.495/0001-42	28/06/10	23/06/11			2	2				P

2010	7	O	15/2010	11.240.495/0001-42	28/06/10	23/06/11			1	1			P
2010	8	O	15/2010	11.240.495/0001-42	28/06/10	26/06/11			1	1			P
2010	9	O	15/2010	11.240.495/0001-42	28/06/10	26/06/11			2	2			P
2010	14	O	15/2010	11.240.495/0001-42	28/06/10	26/06/11			1	1			P
2010	11	O	18/2010	07.769.010/0001-35	21/10/10	20/10/12							P
2008	5	O	18/2008	08.672.139/0001-93	25/09/08	24/09/12							P
2010	4	O	27/2010	10.711.378/0001-57	05/10/10	04/10/11							E
2011	14	O	02/2010	61.600.839/0001-55	21/03/11	22/03/13			32	32	34	34	P
2010	11	O	13/2010	09.241.070/0001-06	07/06/10	06/06/12							P
2010	10	O	21/2010	00.604.122/0001-97	01/01/1	31/12/12							A
2010	10	O	05/2011	00.604.122/0001-97	26/04/11	25/04/12							A
2011	7	O	04/2011	05.393.490/0001-57	19/04/11	18/04/12							A

Fonte: GESCONT/SELOG/SR/DPF/PA

5.5.4 Informações sobre a locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.11 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL													
UG/Gestão:				CNPJ: 00.394.494/0030-70									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	1	0	11/2008	03.765.290/0001-52	16/07/08	14/07/12			32	35			Itororó
2010	3	0	20/2010	15.752.934/0001-57	01/04/11	20/12/12			17	17			Puma
<p>Observações: Contratos nº 20/2010 Contratos 17 Postos Supressão de 01 Posto : Total de 16 Postos</p>													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Fonte: GESCONT/SELOG/SR/DPF/PA

5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

6.1. Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.2 Informações sobre prestações de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

6.3 Análise crítica

Esta UJ não realiza transferências decorrentes de convênios, termos de cooperação e contratos de repasse.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

7.1 Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, AMARILDO JORGE VILHENA DE SOUZA, CPF nº 134.823.942-53, Assistente Administrativo, exercido na Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Belém, 27 de março de 2012.

AMARILDO JORGE VILHENA DE SOUZA

134.823.942-53

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

8.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730,/93

QUADRO A.8.1 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	**	**	**
	Entregaram a DBR	**	**	**
	Não cumpriram a obrigação	**	**	**
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	**	**	**
	Entregaram a DBR	**	**	**
	Não cumpriram a obrigação	**	**	**
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	51	6	49
	Entregaram a DBR	27	1	27
	Não cumpriram a obrigação	24	5	22

Fonte: SRH/SR/DPF/PA

8.2. Análise crítica

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

9.1. Estrutura de controle interno da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			

16.Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17 Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25 A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		X			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				X	

<p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</p>					
<p><i>Considerações Gerais:</i></p>					
<p><u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i></p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11. Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.
11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200386	0535000145003	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FED.DIRETA	REGULAR	67.695,56			-	-
200386	0427001925005	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FED.DIRETA	REGULAR	1.011.709,35			-	-
200386	0427005245009	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FED.DIRETA	PRECÁRIO	3.238.717,49			-	-
200386	0415000105000	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FED.DIRETA	REGULAR	5.945,94	18/05/2011	113.256,00	-	-
200386	0427002285000	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FED.DIRETA	BOM	126.840,00			-	-
200386	0427009035009	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FED.DIRETA	BOM	4.750.000,18			-	-
200386	0483001615007	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FED.DIRETA	BOM	249.323,88			-	-
200386	0535001325005	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FED.DIRETA	BOM	33.195,90	18/05/2011	215.157,90	-	-
200386	0427004045006	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FED.DIRETA	REPAROS IMPORTANTES	189.543,00			-	-
200386	0427004025005	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FED.DIRETA	BOM	182.660,00			-	-
200386	0427004035000	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FED.DIRETA	BOM	180.825,00			-	-
200386	0427004055001	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FED.DIRETA	BOM	187.310,70			-	-
Total							-	-

Fonte: NAD/SELOG/SR/DPF/PA

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		x			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		x			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	x				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Informar quantitativos				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					x
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					x
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				x	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				x	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			x		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			x		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			x		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			x		
Considerações Gerais: Não há serviços terceirizados em relação do item					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

13.1 Despesa com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1 Relação do portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1: 200387		Limite de Utilização da UG:			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Miguel Luis da Silva	048.530.592-53	16.000,00	14.000,00	-	14.000,00
Michel Vieira Barros	527.737.754-15	16.000,00	14.000,00	1.024,39	15.024,39
Antonio Mauricio Pires dos Santos Filho	031.308.026-73	20.000,00	15.000,00	3.716,74	18.716,74
Patricia Helena Shimada	262.973.738-17	7.000,00	6.600,00	-	6.600,00
Nelson Paulino da Silva	010.888.427-98	16.000,00	15.000,00	-	15.000,00
Marcos Giovanni Lopes Gomes	454.763.222-72	16.000,00	4.455,00	3.482,51	7.937,51
Carlos Andrade Pinho	088.824.282-49	16.000,00	13.000,00	-	13.000,00
Michel Vieira Barros	527.737.954-15	16.000,00	4.560,00	9.915,22	14.475,22
Mario Sergio Santos Nery	574.152.185-15	7.000,00	850,00	2.878,50	3.728,50
Evandro Jose de Jesus	082.613.932-91	16.000,00	14.300,00	-	14.300,00
Marcus Taylor Aires Billo	025.371.777-97	12.000,00	10.800,00	-	10.800,00
Fabricio Pereira	087.458.127-30	3.700,00	2.470,00	-	2.470,00
Newton Marques de Moraes Sobrinho	158.827.303-25	12.000,00	11.600,00	-	11.600,00
Jusselino Albuquerque Nunes	806.742.083-15	16.000,00	7.800,00	7.429,36	15.229,36
Moacir Geronimo Duarte de Oliveira	407.604.131-34	15.000,00	7.350,00	6.979,58	14.329,58
Carlos Romeu Moura do Amaral	229.010.602-00	32.000,00	20.640,00	-	20.640,00
Paulo Ailton Sarmiento Carneiro	392.478.992-49	16.000,00	7.500,00	7.415,77	14.915,77
Clint Eastwood Costa Freitas	008.278.344-62	12.000,00	3.400,00	7.880,81	11.280,81
Antonio Mauricio Pires dos Santos Filho	031.308.026-73	20.000,00	9.360,00	9.633,60	18.993,60
Oswaldo Luiz Batista de Miranda Barbosa	666.022.462-91	16.000,00	10.400,00	2.900,00	13.300,00

Fabricio Pereira	087.458.127-30	8.000,00	3.900,00	2.462,00	6.362,00
Nelson Paulino da Silva	010.888.427-98	16.000,00	7.000,00	3.070,00	10.070,00
Jusselino Albuquerque Nunes	806.742.083-15	15.600,00	15.000,00	-	15.000,00
Mario Sergio Santos Nery	574.152.185-15	15.840,00	3.500,00	10.689,00	14.189,00
Evandro Jose de Jesus	082.613.932-91	16.000,00	12.100,00	2.485,00	14.585,00
João Alberto Mori Buenano	227.531.172-68	9.000,00	3.350,00	-	3.350,00
Lorena de Sousa Costa	693.043.192-34	12.600,00	2.540,00	801,37	3.341,37
Stoessel Farah Sadalla Neto	263.985.242-68	8.400,00	1.000,00	4.686,67	5.686,67
Michel Vieira Barros	527.737.954-15	13.300,00	5.700,00	5.853,61	11.553,61
Marcio Borges da Silva	877.053.464-00	15.840,00	15.200,00	-	15.200,00
Total utilizado pela UG			262.375,00	93.304,13	355.679,13
Total utilizado pela UJ			262.375,00	93.304,13	355.679,13

Fonte: NEOF/SR/DPF/PA

13.1.2 Utilização do cartões de crédito corporativo da unidade

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	321	262.375,00	170	93.304,13	355.679,13
2010	0	-	0	-	-
2009	0	-	0	-	-

Fonte: NEOF/SR/DPF/PA

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

Esta parte não se aplica a esta UJ.

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício.

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.

No presente exercício não houve deliberações por parte do TCU aplicada a esta UJ.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício.

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendidas ao final do exercício.

No presente exercício não houve recomendações por parte do OCI aplicada a esta UJ

16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

QUADRO A.16.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108877
Data do Relatório de Auditoria	18/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	1- Gestão Operacional
Comunicação Expedida/Data	18/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SR/DPF/PA
Descrição da Recomendação	1 - Adotar providências imediatas no sentido de atender integralmente ao disposto no Decreto nº 5.940/2006 nos processos de compras de bens e serviços doravante intaurados pela Unidade.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SELOG/SR/DPF/PA	
Síntese das providências adotadas	

- Solicitar ao Escalão Superior recursos financeiros para cursos de capacitação em compras sustentáveis para os membros da CPL e Gestão de Contratos, e adotar de imediato os procedimentos estabelecidos na IN 01/2010 SLTI/MPOG, passando a introduzir, também, os critérios ambientais em sua licitações, conforme determina a Lei nº 12.349, de 15.12.2010.	
Síntese dos resultados obtidos	
Aguardando recursos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108877
Data do Relatório de Auditoria	18/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	3- Gestão Patrimonial
Comunicação Expedida/Data	18/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SR/DPF/PA
Descrição da Recomendação	1 - Adotar providências no sentido de atualizar os registros no sistema SPIUnet referentes as avaliações técnicas dos imóveis; as despesas com manutenção dos imóveis/instalações; os bens imóveis locados de terceiros e os bens referentes aos saldos nas contas no sistema SIAFI.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
NAD/SR/DPF/PA	
Síntese das providências adotadas	
Realizar um novo estudo de pessoal para conseguir um servidor que possa, exclusivamente ou cumulativamente, realizar essa atividade e, para isso ser treinado junto ao Patrimônio da União do Pará e na COF/DPF, para que possa operar no Sistema SIAFI.	
.	
Síntese dos resultados obtidos	
A Unidade iniciará a partir da chegada de recursos de capacitação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108877
Data do Relatório de Auditoria	18/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	4- Gestão de Recursos Humanos
Comunicação Expedida/Data	18/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SR/DPF/PA
Descrição da Recomendação	1 - Adotar providências imediatas no sentido de atender integralmente ao disposto no Decreto nº 5.940/2006 nos processos de compras de bens e serviços doravante intaurados pela Unidade.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SRH/SR/DPF/PA	
Síntese das providências adotadas	
Realizar a imediata suspensão dos pagamentos de adicional de periculosidade para servidores lotados nos setores DELESP, SRH(Médico) e DELEMIG (Passaporte), situados no Prédio da Rua Caripunas , nº 3554, Guamá	
Síntese dos resultados obtidos	
Constatada a irregularidade pela AGU, os servidores listados tiveram a imediata suspensão do recebimento do benefício	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108877
Data do Relatório de Auditoria	18/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	6- Apoio Administrativo
Comunicação Expedida/Data	18/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SR/DPF/PA
Descrição da Recomendação	1 - Autorizar a instauração de processos de dispensa de licitação somente quando constar nos respectivos autos a motivação da necessidade dos gastos. 2 - Autorizar a instauração de processos de dispensa de licitação

	<p>somente quando observado os limites e condições constantes no artigo 24 da Lei nº 8.666/93.</p> <p>3 - Registrar todos os contratos vigentes na Unidade no SIASG, inclusive os referentes à contratação de serviços não contínuos.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SELOG/SR/DPF/PA: CPL e SETOR DE COMPRAS	
Síntese das providências adotadas	
<p>1 – Publicar em aditamento Semanal regras sobre a nova sistemática de compras no âmbito da Superintendência, de modo a deixar claro que quem realizar solicitação deverá fundamentar o pedido justificado a necessidade da contratação, sem o que o processo será arquivado.</p> <p>2 – Será elaborado uma lista de itens a serem conferidos pelo Setor de Compras antes do processo seguir para aprovação pelo Ordenador de Despesas.</p> <p>3 – Será publicado um procedimento operacional padrão determinado de forma clara cada atribuição dos membros de Comissão Permanente de Licitação, bem como da Gestão de Contratos, de maneira que não haja dúvidas das atribuições e responsabilidades.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARA-SR/DPF/PA			200386-200387
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração foram consideradas os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal.- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentárias, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pelo Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	13/02/2012
Contador Responsável	GLADSON GUIMARAES NAVES	CRC nº	DF-12534/O-8

MAURICIO GIL CASTELO BRANCO
Delegado De Polícia Federal
Superintendente Regional Em Exercício

ANEXO 1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
 COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
 SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PA - SR/DPF/PA	200386 - 200387
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; - o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e - a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 13/02/2012
Contador Responsável:	
GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC n° DF-12534/O-8

ANEXO 2



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARÁ

Polícia Federal
Fls nº _____
SR/DPF/PA

ITEM 7 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, **AMARILDO JORGE VILHENA DE SOUZA**, CPF nº **134.823.942-53**, **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I**, exercido na **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Belém, 27 de março de 2012.

AMARILDO JORGE VILHENA DESOUZA

134.823.942-53

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I

- 1 -